

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.630.201 - RJ (2019/0358300-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO**  
**PROCURADOR : RODRIGO BOTELHO KANTO E OUTRO(S) - RJ186739**  
**AGRAVADO : ASSOCIAÇÃO SALGADO DE OLIVEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**  
**ADVOGADO : GABRIELA VITORIANO ROCADAS PEREIRA - RJ085760**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim resumido:

APELAÇÃO CIVIL EMBARGOS À EXECUÇÃO EXECUÇÃO FISCAL ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA SOMENTE A AÇÃO RESCISÓRIA PODE DESCONSTITUIR A COISA JULGADA. 1. Trata a demanda principal de execução fiscal com fundamento no crédito tributário de IPTU e Taxa TLC, referente ao exercício fiscal de 2004. 2. Embargos à execução interpostos pela parte Executada, pretendendo fosse reconhecida a sua imunidade tributária nos moldes do art. 150, inciso VI, c da CRFB, os quais foram julgados improcedentes, mantendo-se integralmente este entendimento em grau recursal. 3. Exceção de pré- executividade posteriormente apresentada pela Executada, cujas razões em relação à eficácia ex tunc da declaração que reconhece a sua imunidade tributária da instituição foram acolhidas em sede de agravo de instrumento, julgado por esta E. Sexta Câmara Cível, que determinou a extinção da execução fiscal, ocorrendo o trânsito em julgado da decisão. 4. Execução dos ônus sucumbenciais, honorários de advogado. Embargos interpostos pela Municipalidade da execução dos ônus da sucumbência requerendo o reconhecimento da violação à coisa julgada material da decisão que rejeitou os embargos de devedor originária, afastando a tese da imunidade tributária. 5. A coisa julgada é a imutabilidade e indiscutibilidade da decisão de mérito não mais sujeito a recurso, nos termos do art. 502 do CPC/2015. É a impossibilidade de se rever a mesma lide. É considerada o próprio fim da prestação jurisdicional, que cumpre seu escopo de pacificação social por meio da imperatividade e imutabilidade da prestação jurisdicional. 6. No caso dos autos, ocorreu fato novo, o reconhecimento pelo Município da imunidade tributária do Apelado. Tratando-se de fato novo, a questão se revela em nova lide, este constitui nova causa de pedir. Assim, ao ter sido reconhecida em sede de exceção de pré-executividade a imunidade com efeitos ex tunc, não há violação da coisa julgada, mas nova situação levada a análise do Judiciário. De mais a mais, caberia a Municipalidade recorrer da decisão exarada em sede de exceção de pré-executividade e não após esta última ter-se tornado

imutável pretender rever a questão em sede de embargos à execução dos ônus sucumbenciais. 7. Busca-se primar pela preservação da coisa julgada, admitindo-se, de forma excepcional, a sua desconstituição por meio da ação rescisória. 8. Nesse sentido, somente se admite a sua desconstituição em casos de graves ilegalidades, tendo a ação rescisória cabimento vinculado à lei, nas hipóteses do rol de nulidades taxativo elencado no art. 966 do Código de Processo Civil (correspondente ao art. 485 do CPC/73). 9. ão é cabível, portanto, veicular pretensão de desconstituição da coisa julgada por meio de embargos à execução. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 502 e 503 do CPC, no que concerne ao reconhecimento da violação da coisa julgada em relação à execução de honorários, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

16. Há que se esclarecer que, nos autos dos embargos à execução fiscal n° 0069509- 03.2006.8.19.0002, a discussão atinente ao direito à imunidade tributária da executada originária foi definitivamente julgada, não podendo mais ser discutida nesse ou noutro processo, ante a autoridade da coisa julgada material.

17. Ressalte-se que, proferida sentença julgando improcedente o pedido de reconhecimento da benesse constitucional, foram interpostos os recursos pertinentes e mantido o provimento do Juízo a quo, que transitou em julgado em 26.08.2009.

18. Com o reconhecimento da higidez do crédito tributário e a consequente extinção dos embargos, o Município prosseguiu com a execução fiscal. A executada, então, apresentou exceção de pré-executividade, em 13.05.2010, objetivando o reconhecimento da imunidade no bojo do executivo. Veja que o fez a despeito de já ter o MM. Juízo se manifestado quanto ao tema em sede de embargos, inclusive com o trânsito em julgado da quaestio. 19. Após rejeitado o pedido da executada em sede de exceção de pré-executividade, foi interposto agravo de instrumento. A 6ª Câmara Cível do TJRJ, equivocadamente, reconheceu o direito à imunidade tributária e determinou a extinção da execução, condenando o Município ao pagamento dos ônus de sucumbência - provimento que transitou em julgado em 03.09.2013, violando frontalmente a autoridade da primeira coisa julgada (fls. 215).

26. Nessa esteira, deve-se destacar que a formação da coisa julgada impede qualquer novo pronunciamento sobre a mesma questão. Uma vez exercida cognição plena e exauriente, o mérito da causa torna-se imutável e indiscutível, ainda que a nova decisão rejugue a matéria no mesmo sentido (fls. 217).

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Nesse sentido, somente se admite a desconstituição da coisa julgada em casos de graves ilegalidades, tendo a ação rescisória cabimento

vinculado à lei, nas hipóteses do rol de nulidades taxativo elencado no art. 966 do Código de Processo Civil

Dessa forma, alegando o Embargante que o título judicial é nulo por ofender a coisa julgada, caberia a propositura da ação rescisória visando a sua desconstituição. Em sentido oposto, não é cabível veicular pretensão de desconstituição da coisa julgada por meio de embargos à execução (fls. 196)

De qualquer sorte, não houve nenhuma violação a coisa julgada, pois esta se dá quando se pretende que o Judiciário se pronuncia mais de uma vez sobre a mesma matéria já decidida em definitivo. A exceção de pré-executividade não trouxe aos autos a mesma matéria já decidida, a mesma lide, trouxe nova lide a ser decidida. Isto porque o reconhecimento pela Municipalidade da imunidade tributária do contribuinte, é fato novo, o que constitui nova causa de pedir. Assim, a nova decisão foi possível, porque houve alteração da lide, provocada pelo próprio Exequente. Afasto desta maneira, a alegada violação a coisa julgada (fls. 197).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente